

Fundação Getulio Vargas – FGV
Cursos de Graduação

REGULAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO

MATEMÁTICA APLICADA

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DO CURSO – MODALIDADE E ESTRUTURA.....arts. 1º a 3º

CAPÍTULO II

DO CORPO DOCENTE.....arts. 4º e 5º

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE INGRESSO.....arts. 6º a 13º

CAPÍTULO IV

DO CORPO DISCENTE.....arts. 14º e 15º

CAPÍTULO V

DA MATRÍCULA.....arts. 16º a 18º

SEÇÃO I – Do Trancamento de Matrícula.....arts. 19º e 20º

SEÇÃO II – Da Reabertura de Matrícula.....arts. 21º a 23º

SEÇÃO III – Do Cancelamento de Matrícula.....arts. 24º e 25º

CAPÍTULO VI

DA CONFIRMAÇÃO SEMESTRAL DE MATRÍCULA E INSCRIÇÃO EM DISCIPLINAS.....arts. 26º a 31º

SEÇÃO I – Da Dispensa de Disciplina.....arts. 32º e 33º

CAPÍTULO VII

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR.....arts. 34º a 38º

CAPÍTULO VIII

DO REGIME EXCEPCIONAL DE ESTUDOS.....art. 39º

CAPÍTULO IX

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....arts. 40º a 42º

CAPÍTULO X

DO REGIME DISCIPLINAR.....arts. 43º a 47º

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....arts. 48º e 49º

ANEXO

MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA – EMAP - FGV

ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DO CURSO – MODALIDADE E ESTRUTURA

REGULAMENTO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA APLICADA

Art. 1º. Nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em conformidade com o Regimento da Escola de Matemática Aplicada, fica estabelecido o presente Regulamento para o Curso de Graduação em Matemática Aplicada.

§ 1º – O Curso de Graduação em Matemática Aplicada é aberto a candidatos que tenham concluído, no mínimo, o ensino médio ou equivalente.

§ 2º – A duração normal do Curso é de 8 (oito) semestres letivos. Esse tempo pode ser reduzido de acordo com o artigo 47 parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A duração máxima do curso é fixada em 12 (doze) semestres letivos.

Art. 2º. O currículo do Curso de Graduação em Matemática Aplicada é estruturado em Disciplinas consideradas como necessárias para a formação básica e profissional do aluno e ao seu preparo para o exercício da cidadania, em sua atuação profissional na sociedade.

§ 1º – Para efeito do que dispõe o *caput* deste artigo, entende-se por Disciplina o conjunto de estudos e atividades correspondentes a um programa desenvolvido em um semestre letivo, com uma carga horária prefixada.

§ 2º – A carga horária total do Curso corresponde à soma das cargas horárias das disciplinas e atividades que compõem o seu currículo.

§ 3º – Dentre as disciplinas que compõem o currículo, são consideradas:

a) Disciplinas Obrigatórias – disciplinas imprescindíveis para a formação básica e profissional do aluno, sendo sua carga horária complementada por carga horária das disciplinas eletivas, para integralização do currículo pleno. As disciplinas obrigatórias são as fixadas no currículo pleno do Curso e são distribuídas pelos semestres letivos;

b) Disciplinas Eletivas – disciplinas que visam a ampliar a formação geral e profissional, sendo de livre escolha do aluno dentre o elenco de disciplinas previamente determinadas e apresentadas pelo Curso, podendo sua carga horária ser considerada para a integralização curricular. As disciplinas eletivas não pertencerão a um semestre letivo, podendo o aluno escolher quaisquer delas para compor seu plano de estudos no semestre, obedecendo à estrutura de pré-requisitos do curso.

§ 4º – A disciplina cujo conteúdo for imprescindível previamente para o estudo de uma outra disciplina figurará no currículo como pré-requisito para esta outra.

Art. 3º. As disciplinas e atividades, com cargas horárias definidas em cada semestre letivo, são distribuídas em dois Ciclos que se complementam:

a) o Ciclo Básico, estruturado para os quatro semestres letivos iniciais, destina-se a proporcionar aos alunos que ingressam na nova ambiência acadêmica uma sólida preparação básica, tornando-os aptos a dar continuidade à sua formação profissional.

b) o Ciclo Profissional, estruturado para os quatro semestres letivos finais, destina-se a formar e habilitar o profissional em Matemática Aplicada, capacitando-o para o correspondente exercício profissional e para prosseguimento de seus estudos.

CAPÍTULO II

DO CORPO DOCENTE

Art. 4º. Os professores do Curso de Graduação em Matemática Aplicada estarão vinculados a um dos órgãos da Fundação Getulio Vargas dedicados à educação superior e à pesquisa.

Art. 5º. São atribuições dos membros do corpo docente:

- I. elaboração dos programas de ensino;
- II. cumprimento integral e eficaz dos programas das disciplinas a seu cargo;
- III. orientação e atendimento aos alunos;
- IV. elaboração, aplicação e correção da avaliação de aprendizagem;
- V. cumprimento dos prazos estabelecidos no calendário escolar;
- VI. lançamento de frequência e sumário das aulas no diário de classe e no docente on-line;
- VII. participação em reuniões destinadas ao curso.

CAPÍTULO III

DAS FORMAS DE INGRESSO

Art. 6º. O ingresso no Curso de Graduação em Matemática Aplicada é feito por processo seletivo por uma das seguintes modalidades:

- a) vestibular;
- b) Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM;
- c) transferência;
- d) reingresso para portadores de diploma de curso superior;
- e) convênio cultural.

Art. 7º. O processo seletivo para ingresso por vestibular, prioritariamente promovido pela Escola, é aberto a todo candidato que, tendo concluído o ensino médio ou equivalente, venha a ser aprovado e classificado dentro do número de vagas oferecido para ingresso por meio dessa modalidade.

Art. 8º. O processo seletivo para ingresso pelo Exame Nacional do Ensino Médio é aberto a todo candidato que, tendo concluído o ensino médio ou equivalente, venha a ser aprovado e classificado de acordo com critérios específicos, dentro do número de vagas oferecido para ingresso por meio dessa modalidade.

Art. 9º. O ingresso por meio de transferência é oferecido a aluno de curso superior de outra Instituição de Ensino Superior, respeitados os cursos afins, a disponibilidade de vaga e os critérios seletivos específicos, desde que o aproveitamento dos créditos das disciplinas compatíveis não ultrapasse 25% da carga horária total do curso de Graduação em Matemática Aplicada de nossa Instituição.

Parágrafo Único – Caberá ao Coordenador da Graduação em Matemática Aplicada, ouvidos os respectivos professores, a concessão dos créditos das disciplinas no processo de transferência.

Art. 10. O reingresso é facultado aos portadores de diploma de curso superior que desejam titular-se ou habilitar-se no Curso de Matemática Aplicada, observada a existência de vaga e avaliação satisfatória em processo seletivo específico.

Art. 11. O ingresso de estudantes mediante Convênio Cultural dar-se-á com base em Acordos ou Convênios celebrados com outras Instituições, firmados por Protocolo, na forma do Regimento da Escola, no qual estarão definidos número de vagas, critérios e condições.

Art. 12. As inscrições para os processos seletivos de ingresso ao Curso de Matemática Aplicada são abertas por Edital, em que constarão o número de vagas, os prazos, a documentação exigida para os candidatos, as modalidades e instrumentos utilizados para a seleção, os critérios de aprovação e classificação e demais informações úteis e necessárias.

Art. 13. O candidato classificado e autorizado para ingresso no Curso deverá providenciar sua matrícula na Instituição e inscrever-se na(s) disciplina(s) que vai cursar, apresentando, dentro do prazo estipulado, os documentos exigidos conforme instruções que lhe serão previamente fornecidas e o previsto neste Regulamento.

Parágrafo Único – O não-comparecimento para matrícula dentro do prazo estabelecido autoriza a Escola a processar reclassificação e matrícula dos candidatos subsequentes, dentro da ordem de classificação, obedecidos os prazos de prescrição do processo seletivo.

CAPÍTULO IV

DO CORPO DISCENTE

Art. 14. O corpo discente compreende os alunos matriculados no curso de Graduação em Matemática Aplicada.

Art. 15. Competem aos membros do corpo discente:

a) estabelecer um padrão de respeito e cordialidade aos colegas, professores e funcionários da Fundação Getúlio Vargas;

- b) aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino ministrado;
- c) participar das aulas e demais atividades acadêmicas promovidas pela Escola;
- d) respeitar os prazos estabelecidos pelo calendário escolar;
- e) receber apoio técnico-acadêmico para desenvolvimento de estudo;
- f) elaborar o regulamento para a eleição dos membros da representação estudantil;
- g) conhecer e respeitar o regulamento da Escola.

CAPÍTULO V

DA MATRÍCULA

Art. 16. Matrícula é o ato pelo qual o candidato classificado em processo seletivo para ingresso se vincula oficialmente à Instituição.

Art. 17. O número de matrícula é o código identificador do aluno na Instituição para todos os efeitos de registro e controle acadêmico.

Parágrafo Único – A Escola oferecerá, ao aluno, oportunidades de acesso às suas informações acadêmicas, via Internet e em rede interna.

Art. 18. O aluno deverá renovar sua matrícula ao final de cada semestre letivo no prazo estabelecido pelo Calendário Escolar, exceto nos casos previstos pela seção seguinte.

Parágrafo Único – Efetivada a matrícula ou sua renovação, o aluno deverá, obrigatoriamente, no prazo estabelecido no Calendário Escolar, proceder à sua inscrição nas disciplinas que vai cursar no semestre letivo, na forma deste Regulamento e das Instruções dele decorrentes, sob pena de ter sua matrícula cancelada.

SEÇÃO I

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 19. Trancamento de matrícula é a suspensão temporária dos estudos do aluno, sem ruptura do vínculo com a Instituição e com garantia do direito de inscrição em disciplinas, seja no período seguinte (no caso de Trancamento Automático), seja após o término do período requerido (no caso de Trancamento Solicitado).

§ 1º O trancamento de matrícula durante o primeiro semestre letivo do curso será concedido somente em condições especiais, conforme apreciação do Coordenador Acadêmico da Escola.

§ 2º Só será permitido o trancamento de matrícula por até quatro períodos letivos, consecutivos ou não, após o que o aluno terá sua matrícula cancelada como abandono de curso.

Art. 20. Observadas as condições previstas no artigo 19 e seus parágrafos, o trancamento de matrícula poderá ocorrer por:

- a) Trancamento Automático, procedido automaticamente, quando o aluno não fizer sua inscrição em, pelo menos, uma disciplina do semestre letivo que vai cursar;
- b) Trancamento Automático por Abandono, procedido automaticamente, quando o aluno, ao fim do semestre letivo, apresentar frequência insuficiente em todas as disciplinas em que se inscreveu naquele semestre letivo. As notas obtidas pelo aluno nessa situação não serão registradas
- c) Trancamento Solicitado, que é o trancamento solicitado pelo aluno, no período estabelecido pelo Calendário

Escolar, observadas as condições previstas no artigo 19 e seus parágrafos deste Regulamento. O trancamento de matrícula solicitado fora das condições anteriores só será considerado quando autorizado pelo Coordenador Acadêmico da Escola.

§ 1º – O aluno com trancamento de matrícula automático ou automático por abandono poderá solicitar a reversão do trancamento para trancamento solicitado.

§ 2º – O aluno com trancamento solicitado poderá retornar às atividades discentes antes de decorrido o prazo solicitado, mediante requerimento dentro do período previsto no Calendário Escolar para reabertura de matrícula.

SEÇÃO II

DA REABERTURA DE MATRÍCULA

Art. 21. A reabertura da matrícula do aluno com Trancamento Solicitado dar-se-á por meio de sua inscrição em disciplinas ao fim do prazo concedido inicialmente ou antes, se assim o desejar, mediante requerimento, obedecidos os períodos previstos no Calendário Escolar.

Art. 22. Não será computado para efeito do prazo máximo de integralização curricular o tempo em que o aluno permanecer com Trancamento de Matrícula.

Art. 23. O aluno que estiver em situação de Trancamento e, por ocasião de Reabertura de Matrícula o seu Curso tiver sofrido alteração curricular, fica sujeito, em seu retorno, à adaptação ao currículo vigente.

SEÇÃO III

DO CANCELAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 24. O aluno terá sua matrícula cancelada perdendo o direito à vaga no seu Curso e ao seu vínculo com a Instituição, nos seguintes casos:

- a) não-inscrição em disciplina no primeiro período letivo imediatamente subsequente ao seu ingresso no Curso;
- b) reprovação em três ou mais disciplinas do primeiro período letivo;
- c) solicitação do próprio aluno, através de requerimento;
- d) não-retorno às atividades discentes, depois de transcorrido o limite máximo permitido de trancamento de matrícula;
- e) não-integralização do currículo do Curso no tempo máximo estabelecido;
- f) reprovação por três vezes na mesma disciplina;
- g) por motivos disciplinares, devidamente apurados nos termos deste Regulamento e do Regimento da Escola.

Art. 25. O aluno com matrícula cancelada poderá apresentar pedido de reconsideração, devidamente justificado, para reabertura de matrícula.

CAPÍTULO VI

DA CONFIRMAÇÃO SEMESTRAL DE MATRÍCULA E INSCRIÇÃO EM DISCIPLINAS

Art. 26. A confirmação semestral de matrícula é reservada ao aluno regularmente matriculado no Curso de Graduação em Matemática Aplicada e dar-se-á por inscrição em disciplinas oferecidas no semestre letivo.

§ 1º É considerado como tendo confirmado sua matrícula o aluno que proceder à inscrição em pelo menos uma disciplina integrante do currículo no semestre letivo que deverá cursar.

§ 2º Os alunos ingressantes por Vestibular ou pelo ENEM deverão proceder à inscrição em todas as disciplinas obrigatórias do 1º semestre letivo.

Art. 27. As disciplinas obrigatórias e eletivas seguem uma estrutura de pré-requisitos que deve ser obedecida.

Art. 28. Ao confirmar sua matrícula, o aluno terá que observar a sequência das disciplinas estabelecidas pelo currículo do seu Curso, para os semestres letivos, inscrevendo-se, prioritariamente, nas disciplinas obrigatórias do semestre a cursar ou nas disciplinas cursadas sem aprovação dos semestres anteriores, se for o caso.

Parágrafo Único – O aluno poderá antecipar a matrícula em disciplinas fora da ordem acima, em caso de compatibilidade de horário, desde que os pré-requisitos sejam devidamente atendidos.

Art. 29. A inscrição semestral em disciplinas será sempre precedida de uma orientação ao aluno, em período estabelecido no Calendário Escolar, por um professor orientador, ocasião em que o aluno elaborará o seu plano de estudos para o período letivo que vai cursar.

Art. 30. Dentro da possibilidade de vagas e até 2 (duas) semanas após o início do período letivo, serão permitidas inclusão ou exclusão de disciplina(s) no plano semestral de estudos, mediante solicitação do aluno, ouvido o professor orientador e observado o que estabelece este Regulamento.

Art. 31. Quando o número de alunos candidatos à inscrição em uma disciplina for superior ao número de vagas para ela disponível, será adotado o seguinte ordenamento de prioridades:

- a) alunos matriculados no período letivo correspondente ao semestre cronológico contado desde seu ingresso;
- b) alunos que se matriculam na disciplina pela primeira vez;
- c) alunos que apresentem o melhor rendimento escolar;

SEÇÃO I

DA DISPENSA DE DISCIPLINA

Art. 32. Poderá requerer dispensa de disciplina em que tenha feito sua inscrição o aluno que comprove ter cursado, com aproveitamento, nesta Instituição ou em outra Instituição de Ensino Superior reconhecida, disciplinas ou estudos integrantes do currículo de cursos regulares de graduação cuja ementa e respectiva carga horária sejam consideradas equivalentes ao conteúdo e carga horária da disciplina do currículo do seu Curso.

§ 1º – Poderão ser processadas adaptações de estudos, a juízo do professor respectivo, por meio dos seguintes casos:

- a) frequência e avaliação, em determinado período de aulas da disciplina, identificado pelo professor;
- b) frequência a determinado período de aulas da disciplina, identificado pelo professor;
- c) estudo de determinada parte do programa, orientado pelo professor com avaliação final sobre essa parte;
- d) realização de trabalho escrito sobre determinada parte do programa, com estudos individuais de embasamento orientados pelo professor;
- e) prova global, envolvendo todo o programa da disciplina, sem exigência de frequência;
- f) prova parcial da disciplina, sem exigência de frequência;
- g) trabalho prático, demonstrativo da posse das habilidades almejadas pela disciplina;

h) outras formas propostas pelo professor.

§ 2º – O pedido de dispensa de disciplina deverá ser dirigido ao Coordenador-Acadêmico da Escola de Matemática Aplicada, cabendo ao aluno interessado apresentar:

- a) histórico escolar no qual conste a disciplina ou estudos cursados com aprovação, símbolo do conceito obtido e período em que foi cumprida a carga horária;
- b) programa da disciplina ou estudos cursados, com aprovação;
- c) prova de autorização e reconhecimento do curso no qual frequentou e foi aprovado na disciplina ou estudo.

Art. 33. Deferida a dispensa, a(s) disciplina(s) que foi(foram) dispensada(s) será(ão) incluída(s) no histórico escolar do aluno.

CAPÍTULO VII

DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

Art. 34. A verificação do rendimento escolar do aluno será feita por disciplina, estabelecendo-se como condições para sua aprovação:

- a) a inscrição do aluno na disciplina;
- b) a obtenção de NOTA FINAL igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) na disciplina;
- c) a frequência mínima igual a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas-aula determinado para a disciplina.

Art. 35. A NOTA FINAL (NF) do aluno em cada disciplina, variável de 0 (zero) a 10 (dez), será determinada a partir da PRIMEIRA AVALIAÇÃO (A1), da SEGUNDA AVALIAÇÃO (A2) e da AVALIAÇÃO SUBSTITUTIVA (AS):

§ 1º A NOTA FINAL de um aluno será a média aritmética das duas avaliações A1 e A2, isto é, sua NOTA FINAL será:
$$NF = \frac{A1 + A2}{2}$$

§ 2º – Ao final do período letivo o aluno poderá realizar uma AVALIAÇÃO SUBSTITUTIVA (AS), que substituirá, no cálculo da NOTA FINAL, a menor dentre as duas avaliações realizadas ou uma avaliação que não tenha sido realizada pelo aluno.

Art. 36. A PRIMEIRA AVALIAÇÃO (A1), a SEGUNDA AVALIAÇÃO (A2) e a AVALIAÇÃO SUPLEMENTAR (AS) serão variáveis de 0 (zero) a 10 (dez) e dependerão das notas atribuídas:

- a) ao desempenho em aula e em trabalhos realizados durante o período letivo;
- b) às avaliações realizadas durante o período letivo.

§ 1º Os critérios de avaliação a serem utilizados serão determinados pelo professor da disciplina e deverão constar em seu programa.

§ 2º Os prazos de entrega das avaliações citadas neste artigo serão determinados no calendário escolar de cada período letivo.

Art. 37. É facultado ao aluno solicitar revisão da nota de suas avaliações, no prazo para isso estabelecido.

§ 1º Ao aluno que faltar a qualquer avaliação sem motivo justificado ser-lhe-á atribuída a nota 0 (zero).

§ 2º Os casos omissos serão apreciados Coordenador Acadêmico da Escola de Matemática Aplicada.

Art. 38. O aluno será considerado reprovado na disciplina por:

- a) frequência: quando não obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas aula estabelecido para a disciplina, no semestre, independentemente da Nota Final obtida;
- b) baixo rendimento escolar: quando não conseguir obter Nota Final igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero).

CAPÍTULO VIII

DO REGIME EXCEPCIONAL DE ESTUDOS

Art. 39. Poderão requerer benefícios do Regime Excepcional de Estudos os alunos amparados pelo que dispõem a Lei 6.202 de 17.04.76 e o Decreto-Lei 1.044 de 21.10.69.

§ 1º Desde que requerido em tempo hábil e devidamente comprovado, poderá ser concedido o regime excepcional de estudos a:

- a) alunas gestantes a partir do oitavo mês de gestação ou do surgimento de situações decorrentes do estado de gravidez;
- b) alunos(as) portadores(as) de afecções mórbidas que determinem distúrbios agudos, caracterizados por incapacidade física relativa, de ocorrência isolada ou esporádica, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação de qualidades intelectuais e emocionais necessárias para o cumprimento de atividades escolares em novos moldes;
- c) participante de competições artísticas ou desportivas, de âmbito nacional ou internacional, desde que registrados como competidores oficiais, em documento expedido por entidade oficial.

§ 2º Levando em conta que o objetivo final do Regime Excepcional de Estudos é a compreensão e aplicação dos conteúdos programáticos e que os alunos não estarão submetidos às exigências de frequência e datas no período letivo regular, caberá ao professor da disciplina:

- a) estabelecer o plano de atividades a ser cumprido pelo aluno;
- b) definir critérios para avaliação de seus estudos.

§ 3º – Caberá ao Coordenador Acadêmico da Escola de Matemática Aplicada a análise dos requerimentos e decidir quanto à concessão do regime excepcional de estudos, comunicando, imediatamente, aos professores das disciplinas em que o aluno está inscrito.

CAPÍTULO IX

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 40. Ao final do Curso, será exigida aprovação em Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos previstos neste Regulamento.

Art. 41. O Trabalho de Conclusão de Curso é um trabalho realizado sob a orientação de um professor, com o qual o aluno vai definir e desenvolver um tema relacionado a qualquer área do curso.

Art. 42. Nos dois últimos semestres letivos, poderão ser oferecidas disciplinas que visem à capacitação do aluno para elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO X

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 43. A matrícula do aluno no Curso de Graduação em Matemática Aplicada implica o seu compromisso formal de acatar e respeitar as normas e regulamentos baixados pelos órgãos ou autoridades da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 44. Aos componentes do corpo discente poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão;
- d) exclusão.

§ 1º A formalização das penas será de competência do Diretor da Escola de Matemática Aplicada.

§ 2º A pena de advertência será aplicada em caráter reservado, devendo ser feita ao discente punido declaração expressa de que se lhe está aplicando tal pena.

§ 3º A pena de repreensão será divulgada e constará de “Determinação”.

§ 4º A pena de suspensão de 8 (oito) dias, no mínimo, e de (120) cento e vinte dias, no máximo, será divulgada e constará de “Determinação”. Durante o cumprimento da pena, não praticará o aluno ato escolar algum, inclusive trabalhos de provas e exames, nem poderá requerer ou obter guia de transferência para outro estabelecimento de ensino.

§ 5º O ato de exclusão do aluno constará de “Determinação”, e o aluno assim punido não poderá obter guia de transferência para outro estabelecimento de ensino.

Art. 45. Quando o aluno for acusado de falta que o torne passível de exclusão, procederá o Diretor da Escola de Matemática Aplicada da seguinte maneira:

- a) ordenará abertura de inquérito, nomeando comissão, que deverá assegurar ampla defesa ao acusado, ouvindo testemunhas, se o caso comportar;
- b) determinará que o aluno se conserve afastado de quaisquer atividades escolares, até que seja tomada a decisão final competente;
- c) decidirá, com base no relatório da comissão, se o acusado deverá ser isentado de culpa ou determinará a pena que lhe seja imposta, *ad referendum* dos órgãos colegiados competentes.

§ 1º – O aluno isento de culpa, após haver sido submetido a inquérito, terá direito de realizar em época especial os trabalhos, provas e exames que hajam ocorrido durante seu afastamento.

Art. 46. A qualquer membro do corpo discente caberá o direito de recorrer à instância superior das decisões tomadas com base nos artigos 44 e 45, no prazo de 8 (oito) dias a contar da notificação.

Art. 47. As penas previstas no artigo 44 serão aplicadas conforme a gravidade ou reincidência das seguintes faltas:

- a) desobediência a prescrições regulamentares e a determinações do Diretor da Escola de Matemática Aplicada ou de qualquer membro do corpo docente, quando no exercício de suas funções;
- b) uso de vestimentas inadequadas, como bermuda e short;
- c) uso de cigarro, charuto ou cachimbo nas salas de aula, salas de estudo, laboratórios e biblioteca;
- d) ingestão de bebida alcoólica nas dependências da Fundação Getúlio Vargas;
- e) porte ou utilização de qualquer substância tóxica nas dependências da Fundação Getúlio Vargas;
- f) jogar cartas ou quaisquer jogos de azar nas dependências da Fundação Getúlio Vargas;
- g) envolvimento em ocorrências, fora das dependências da Fundação Getúlio Vargas, que sejam enquadradas por autoridades competentes como transgressoras à lei;
- h) aplicação de trote que provoque constrangimentos físicos ou morais aos alunos da Fundação Getúlio Vargas;
- i) perturbação da ordem interna no recinto das Escolas e da Fundação Getúlio Vargas;
- j) porte de qualquer tipo de arma;
- k) danos ao do patrimônio da Fundação Getúlio Vargas, inclusive pichar paredes, colar cartazes e estragar livros da biblioteca, caso em que, além de sofrer a pena disciplinar, ficará o culpado obrigado a ressarcir o dano que causou;
- l) improbidade na execução dos atos escolares, ressaltando-se como ato gravíssimo o uso da cola durante a realização de avaliações escolares;
- m) desrespeito a qualquer membro do corpo docente ou a outro funcionário da Fundação Getúlio Vargas;
- n) agressão física ou calúnia a membro do corpo docente, funcionário ou a outro aluno da Fundação Getúlio Vargas;
- o) prática de atos incompatíveis com a dignidade de aluno da Fundação Getúlio Vargas;
- p) envolvimento em atividades que, de qualquer forma, prejudiquem as Escolas e/ou a Fundação Getúlio Vargas, moral ou materialmente, inclusive em atividades político-partidárias nas dependências da Fundação

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48. Os Programas de Bolsas Escolares e de Bolsas de Iniciação Científica serão regulamentados por normas próprias.

Art. 49. Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Diretor da Escola de Matemática Aplicada, até que se implantem os demais segmentos acadêmicos.

MANUAL DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA -EMAp-FGV

CAPÍTULO I – DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

Art 1º Todo aluno inscrito no curso de graduação em Matemática da Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas deverá realizar atividades acadêmicas complementares às disciplinas oferecidas regularmente para obter o título de Bacharel em Matemática;

§ 1º Compreendem-se por Atividades Complementares as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Incluem-se nesse conjunto: disciplinas eletivas, palestras, estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários e eventos científicos, congressos e simpósios promovidos por Associações Científicas ou entidades culturais. Tais atividades podem ser realizadas a partir do terceiro semestre letivo. Elas serão classificadas e computadas conforme o Banco de Atividades em anexo.

Art 2º Compete ao aluno a escolha das atividades acadêmicas complementares que poderão ser realizadas na Escola de Matemática Aplicada, em outros cursos de graduação oferecidos pela FGV no Rio de Janeiro ou São Paulo ou em qualquer outra instituição acadêmica e cultural qualificada.

Art 3º O aluno deverá totalizar um mínimo de 360 horas de atividades acadêmicas complementares durante os períodos em que estiver cursando. A cada semestre o aluno poderá computar o máximo de 60 horas.

§ 1º - A carga horária obtida nestas atividades será computada no histórico escolar em um Banco de Atividades Complementares.

§ 2º - As atividades acadêmicas complementares independem do necessário cumprimento da carga horária integral nas disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas.

CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Art 4º Compete ao aluno solicitar a inclusão das atividades acadêmicas complementares que efetuou em seu histórico escolar, nos prazos estabelecidos pela coordenação de Atividades Complementares, ao longo de cada um dos períodos do curso.

§ 1º - O pedido de inclusão de atividades acadêmicas complementares no histórico escolar será feito em formulário específico, a ser obtido na Secretaria de Registro Acadêmico da Graduação da FGV.

§ 2º - Todas as atividades acadêmicas complementares deverão ser comprovadas por escrito.

Art 5º Caberá ao Conselho de Graduação reconhecer e homologar as atividades acadêmicas complementares, segundo o Banco de Atividades em anexo.

Art 6º Dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela Coordenação da Escola Superior de Matemática Aplicada junto da Coordenação do Núcleo de Apoio à Graduação.

Banco de Horas das Atividades Acadêmicas Complementares

Atividade	Pontuação
Participação em disciplina eletiva oferecida pela Escola de Matemática Aplicada da FGV	Até 60 h por semestre.
Participação em disciplina oferecida pelas demais escolas da FGV ou outras instituições credenciadas.	Até 60 h por semestre.
Participação em eventos acadêmicos e culturais com apresentação de trabalho.	05 h por evento. Até o limite de 30 h.
Participação em Projetos de Pesquisa institucional, a título de Iniciação Científica.	De acordo com a carga horária estipulada no certificado, até o limite de 60 h.
Participação em Atividades de Extensão, Laboratórios ou Núcleos de Estudos Supervisionados e Pesquisa da Escola de Matemática Aplicada, de outras Escolas e Centros Acadêmicos afins da FGV.	De acordo com a carga horária estipulada no certificado, até o limite de 60 h.
Exercício de Atividades de Monitoria	Até 30 h por semestre.
Participação em Projetos de elaboração de notas de aula ou outros materiais didáticos.	Até 60 h por semestre.
Estágio em uma organização pública, privada ou entidade do terceiro setor, desenvolvendo atividades correlacionadas ao curso de Graduação em Matemática Aplicada. Regulamento na forma de estágio Supervisionado Extracurricular.	De acordo com carga horária estipulada na avaliação de desempenho preenchida pela organização concedente e validada pelo Setor de Estágio e Colocação Profissional da Escola de Matemática Aplicada, até o limite de 60 h. Verificar as regras do manual de Estágio.
Participação como ouvinte em palestras acadêmicas e culturais.	02 h por evento. Até o limite de 30 h.
Participação em trabalho voluntário com comprovação de atividades.	Até o limite de 60 h.
Representante discente de turma.	10 h por semestre, até o limite de 40 h.
Participação em órgão colegiados.	10 h por semestre, até o limite de 40 h.
Publicação de trabalhos científicos em periódicos qualis da CAPES.	70 h por trabalho publicado ou aceito para publicação.
Estudos desenvolvidos em cursos de pós-graduação.	De acordo com a carga horária estipulada no certificado ou declaração.
Outros	A critério do Coordenador do curso.